

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO

INCLUSIVA PUBLIC POLICIES AIMED AT INCLUSIVE EDUCATION

Francisca Valquiria Alves Dias *

Raimundo Nonato Ferreira Mota **

Maria Shirley Alves Bezerra ***

Agildo da Hora Ferreira Sobrinho ****

RESUMO

Atualmente, o sistema de ensino precisa urgentemente adotar uma atenção especial voltada para as práticas pedagógicas, convertendo o processo de ensino e aprendizagem em uma educação inclusiva, sempre respeitando a diversidade, sem esquecer que o papel de 'uma escola moderna deve ser o de ajudar a construir a desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, com o objetivo de promovê-la, a fim de torná-la um cidadão de pleno direito. As crianças são excluídas das escolas em todo o mundo devido a deficiência, raça, idioma, religião, gênero e pobreza. Mas toda criança tem o direito de ser apoiada por seus pais e comunidade para crescer, aprender e se desenvolver ao longo de seus primeiros anos, e de frequentar a escola e ser aceita e incluída por seus professores e colegas quando atingirem a idade escolar. Quando todas as crianças são educadas juntas, independentemente de suas diferenças, todos se beneficiam. o presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Este estudo, justifica-se pela necessidade urgente de promover uma sociedade igualitária e justa, onde todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade e à igualdade de oportunidades. A exclusão social e a desigualdade educativa são realidades que existem em muitas sociedades, perpetuando ciclos de discriminação e limitando o desenvolvimento global de diferentes grupos. Conclui-se que o maior desafio da educação especial é garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de alunos com características sensoriais, mentais, físicas e mentais no sistema geral de ensino. Ao longo da história, parece que a educação especial foi inicialmente marcada pela segregação e exclusão. As políticas públicas de educação de inclusão social são importantes para lidar com esta desigualdade, que procuram criar condições para que todos os alunos, independentemente das suas características e circunstâncias, possam participar plenamente no sistema educativo.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Inclusão.

*Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - E:mail: valquiria.rm2019@gmail.com

** Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - E:mail: ubaunasantosmota@hotmail.com

*** Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - E:mail: shirleybezerra822@gmail.com

**** Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - E:mail: gillferry@yahoo.com.

ABSTRACT

Today, the education system urgently needs to pay special attention to pedagogical practices, converting the teaching and learning process into an inclusive education, always respecting diversity, without forgetting that the role of a modern school should be to help build the cognitive, emotional and social development of the child, with the aim of promoting it in order to make him/her a full citizen. Children are excluded from schools all over the world due to disability, race, language, religion, gender and poverty. But every child has the right to be supported by their parents and community to grow, learn and develop throughout their early years, and to attend school and be accepted and included by their teachers and peers when they reach school age. When all children are educated together, regardless of their differences, everyone benefits. This paper aims to analyze public policies aimed at inclusive education. This study is justified by the urgent need to promote an egalitarian and fair society, where all people have access to quality education and equal opportunities. Social exclusion and educational inequality are realities that exist in many societies, perpetuating cycles of discrimination and limiting the overall development of different groups. It is concluded that the greatest challenge of special education is to guarantee access, permanence and learning of students with sensory, mental, physical and mental characteristics in the general education system. Throughout history, it seems that special education was initially marked by segregation and exclusion. Public policies on social inclusion education are important to address this inequality, which seek to create conditions so that all students, regardless of their characteristics and circumstances, can fully participate in the education system.

Keywords: Education; Public Policies; Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Os direitos humanos são universais e inalienáveis. Eles são universais porque todos nascem com e possuem os mesmos direitos, independentemente de onde vivem, seu gênero ou raça, ou sua origem religiosa, cultural ou étnica. Eles são inalienáveis porque os direitos das pessoas nunca podem ser retirados. Eles são indivisíveis e interdependentes porque todos os direitos – políticos, civis, sociais, culturais e econômicos – são igualmente importantes e não podem ser plenamente usufruídos sem os outros. Eles se aplicam a todos igualmente, e todos têm o direito de participar das decisões que afetam suas vidas.

O ECA afirma que toda criança tem direito à educação e à oportunidade de alcançar um nível adequado de aprendizagem, independentemente das limitações da vida. O aluno com necessidades educativas especiais deve ser visto como um sujeito eficaz, um ser que tem a capacidade de aprender como os demais. Este aluno deve receber apoio total para atingir seu potencial.

Os movimentos de educação inclusiva têm refletido o humanitarismo enraizado que aborda os direitos civis e remove as barreiras para oportunidades associadas a deficiências, desigualdade socioeconômica (por exemplo, pobreza, raça) e outros grupos sociais estruturalmente negligenciados (por exemplo, orientação sexual). Com base nessa tradição humanitária, quando a educação inclusiva é aplicada à educação especial, a predominância da atenção tem se voltado para alunos com dificuldades de aprendizagem e desafios socioemocionais/comportamentais.

Assim, as políticas educacionais para a educação inclusiva são carregadas discursos e propósitos diferentes, por isso pode apresentar uma ruptura entre os textos (ou seja, registrado em documentos oficiais sobre educação inclusiva) e o que exatamente o que acontece no processo de instalação.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Cabe ao professor incentivar a aprendizagem respeitando as particularidades de cada aluno baseando nas políticas voltadas para a integração de todos, tendo em vista a possibilidade de derrubar barreiras à aprendizagem na esfera cognitiva, social e cultural de alunos com deficiência.

Até ao momento, este estudo justifica-se pela necessidade urgente de promover uma sociedade igualitária e justa, onde todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade e à igualdade de oportunidades. A exclusão social e a desigualdade educativa são realidades que existem em muitas sociedades, perpetuando ciclos de discriminação e limitando o desenvolvimento global de diferentes grupos.

A metodologia aplicada é uma pesquisa bibliográfica com método qualitativo baseada na revisão de literatura bibliográficas nacional das publicações pesquisadas no google acadêmico e após selecionar um quantitativo de material que fosse suficiente para subsidiar a pesquisa, então se procedeu à leitura para identificar citações mais específicas ao estudo a ser realizado.

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A busca por uma escola verdadeiramente inclusiva está amparada na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 13 de julho de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases, Lei n. 9.394/96, na Declaração

Mundial sobre Educação para Todos e na Declaração de Salamanca, além de muitas outras leis, decretos e portarias, que garantem a todos o direito à educação e ressaltam a importância de as instituições adequarem seus espaços, programas, métodos específicos, técnicas, recursos didáticos e organização para atender às necessidades individuais dos alunos. A educação especial tem respaldo na lei, conforme LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Capítulo V, Educação Especial, art. 58:

Para os efeitos desta lei, entende-se por educação especial a modalidade de ensino escolar, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, a alunos com necessidades especiais (LEI DE DIRETRIZES E BASES Nº9394/96, Capítulo V, Art.58, 1996).

A educação inclusiva valoriza as contribuições únicas que cada aluno traz para a sala de aula. Em um ambiente verdadeiramente inclusivo, toda criança se sente segura e tem um sentimento de pertencimento. Os alunos e seus pais participam do estabelecimento de metas de aprendizagem e tomam parte nas decisões que os afetam. E os funcionários da escola têm treinamento, apoio, flexibilidade e recursos para nutrir, encorajar e responder às necessidades de todos os alunos (Da Silva, 2021).

A inclusão e a exclusão estão de fato presentes na sociedade, particularmente nas escolas; ao mesmo tempo que uma escola a inclui também pode excluí-la. Mas, de acordo com a LDB, as escolas são obrigadas a matricular todas as crianças, conforme prevê a Constituição Brasileira:

[...] Constituição Federal, determina no art. 205 que a educação é um direito de todos, e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que as escolas comuns devem matricular todos os alunos em suas turmas comuns, com o apoio necessário (LDB, 1996).

De acordo com recente cartilha do Ministério Público Federal, apoiada pelo Ministério da Educação (MEC), os defensores da inclusão acreditam que, a partir do momento em que uma criança é introduzida no ambiente escolar, pressionará as escolas para que entendam que a educação moderna respeita o ritmo de aprendizagem de cada aluno, deficiente ou não (Batista; Mantoan, 2015).

Na medida em que a compreensão sobre os transtornos mentais e seus tratamentos evoluiu, os profissionais médicos, pesquisadores, clínicos e sociais

voltaram o foco de sua atenção para as características de transtornos específicos e suas implicações para tratamento e pesquisa. Justamente pela compreensão de uma sociedade excludente, dividida em extratos mais ou menos “favorecidos” como se diz comumente, é que este estudo busca contribuir sobre a realidade de exclusão social em que vivem muitos autistas e suas famílias (Brito, 2013).

Pesquisas nesta área têm mostrado que é comum marcar crianças com altas habilidades / talentos como “crianças gênios” nos ambientes escolares em todas as áreas de estudo, portanto, o aluno tem vivenciado grandes expectativas e demandas constantes, além de outros distúrbios psicológicos, onde muitas situações, principalmente a socialização, também podem levar ao fracasso escolar e ao isolamento social (Teodoro *et al.*, 2016).

Quanto ao comportamento do aluno, se notar alguma diferença, deve-se encaminhar a situação ao coordenador da instituição para que ele possa trabalhar com o pai para encaminhar a criança para um profissional. Os programas educacionais precisam ser elaborados levando em consideração o ambiente da criança, assim como a maneira como outras crianças realizam determinadas funções e o espaço em que essas tarefas são realizadas (Costa, 2017).

Todas as crianças são sujeitos de direitos. Entretanto, o principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança e capaz de educar a todos, sem discriminação, com respeito às suas diferenças, seus limites; uma escola que tenha em conta a diversidade social das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, recorrendo, se necessário, a instituições e especialistas. É um objetivo a ser seguido por todos aqueles que estão comprometidos com a educação inclusiva (Costa, 2017).

A educação inclusiva tem a ver com a forma como as nossas escolas, salas de aula, programas e aulas são concebidas para que todas as crianças possam participar e aprender. A inclusão também significa encontrar diferentes formas de ensinar para que as salas de aula envolvam ativamente todas as crianças. Significa também encontrar maneiras de desenvolver amizades, relacionamentos e respeito mútuo entre todas as crianças e entre crianças e professores na escola (Sá, 2017).

De acordo com Pachevitch *et al.* (2021), os sistemas inclusivos proporcionam uma educação de melhor qualidade para todas as crianças e são fundamentais para mudar atitudes discriminatórias. A escola proporciona o

contexto para a primeira relação da criança com o mundo fora de sua família, possibilitando o desenvolvimento de relações e interações sociais. O respeito e a compreensão crescem quando alunos de diversas habilidades e origens brincam, socializam e aprendem juntos:

[...] Inclusão e participação são essenciais a dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover à genuína equalização de oportunidades [...]. Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas proveem um ambiente que favorece a aquisição da equidade e igualdade de oportunidades, além de participação total. O seu sucesso requer um claro esforço, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas por todos os que o rodeiam como colegas, pais, amigos, voluntários (Pachevitch *et al.*, 2021).

Em sua essência, a educação inclusiva é apreciar as diferenças de cada indivíduo e o conjunto único de pontos fortes e limitações. Não é apenas uma filosofia de educação; é uma habilidade importante para a vida. As crianças se tornam adultos que vivem em um mundo cheio de pessoas diferentes delas; aprender a interagir e trabalhar com essas pessoas é uma conquista fundamental da infância, tão integral quanto a proficiência acadêmica (Negri; Freitas, 2018).

Uma escola inclusiva é um campo de treinamento perfeito para a vida real, porque a interação social, física e acadêmica diária entre crianças em desenvolvimento típico e seus colegas com necessidades especiais significa que os alunos desenvolvem:

Maior sensibilidade. As crianças que se desenvolvem de maneira típica tornam-se mais sensíveis ao aprenderem lado a lado com crianças com necessidades especiais. Eles entendem como as palavras podem machucar, praticam a paciência e aprendem a empatia;
Melhor compreensão dos pontos fortes/fracos. As crianças nas escolas inclusivas aprendem que todos têm pontos fortes e fracos. Eles aprendem a apreciar essas diferenças e como colaborar para realizar algo.
Mais tolerância. A educação inclusiva ensina às crianças o valor de outro ser humano – não importa como essa pessoa se pareça ou soe. Diferenças físicas e mentais não equivalem a um valor menor (Declaração de Salamanca, 1994).

A aprendizagem e o ensino inclusivos analisam a forma como as escolas, salas de aula, programas ou aulas são concebidos para que os indivíduos se

envolvam ativamente. Ao considerar uma série de necessidades, o ensino inclusivo oferece acesso justo à aprendizagem para todos. As vantagens desses métodos de ensino também afetam a comunidade em geral, aumentando a aquisição de habilidades na próxima geração

[...] Ao falar em 'crianças bem-dotadas e talentosas' não estamos falando em um grupo único, parecido, homogêneo e facilmente reconhecível em qualquer situação. Ao contrário, como todas as pessoas que existem, cada criança traz em si uma combinação essencial e substancialmente única de traços, características e atributos, oriundos não somente de sua própria constituição e plano genético, como também derivados e absorvidos de muitas fontes de influência presentes no ambiente a que é exposta, dentro dos vários grupos a que pertence (Guenther, 2020, p. 44).

A aplicação de métodos de ensino de educação inclusiva e especial na sala de aula permite que todos os alunos se envolvam significativamente com o currículo. Isso significa que alunos de todas as origens e habilidades de aprendizagem têm a oportunidade de alcançar seu verdadeiro potencial. Com a estrutura adequada, as crianças podem frequentar as aulas em salas de aula regulares, evitando a segregação ou exclusão no ambiente escolar (Titato; Guimarães, 2020).

Um dos principais benefícios da educação inclusiva é o reconhecimento e o cultivo da diversidade nas comunidades. O objetivo é reunir diferentes crianças em uma sala de aula, permitindo que todos tenham a mesma chance de crescer e aprender. Como resultado, pode fomentar relações fora da escola, potenciando a cooperação e colaboração na área local entre pais, filhos e vizinhos (Guenther, 2020).

Os sistemas inclusivos proporcionam uma educação de melhor qualidade para todas as crianças e são fundamentais para mudar atitudes discriminatórias. A escola fornece o contexto para a primeira relação da criança com o mundo fora de sua família, possibilitando o desenvolvimento de relações e interações sociais. Promove uma cultura de respeito e pertencimento (Pachevitch *et al.*, 2021).

Também oferece a oportunidade de aprender e aceitar as diferenças individuais. Ele oferece a todas as crianças oportunidades para desenvolver amizades umas com as outras. As amizades fornecem modelos e oportunidades de crescimento (Sá, 2017).

Todas as crianças são capazes de fazer parte de sua comunidade e desenvolver um sentimento de pertencimento e tornar-se mais bem preparadas para a vida comunitária como crianças e adultos, visto que lhes oferecem melhores oportunidades de aprendizado (Guenther, 2020).

As crianças aprendem a respeitar a sua própria individualidade e a dos outros. Os alunos aumentam seu quociente emocional à medida que desenvolvem paciência, tolerância e compaixão por seus colegas. Eles aprendem a aceitar os pontos fortes e fracos dos outros. Muitos estudos nas últimas três décadas descobriram que os alunos com deficiência têm maior desempenho e habilidades aprimoradas por meio da inclusão da educação, e seus colegas sem desafios também se beneficiam (Pachevitch *et al.*, 2021).

Ser acolhido como um aluno valorizado e incluído na educação geral é algo que permite que as crianças com altas habilidades/superdotação participem plenamente e desfrutem do processo de aprendizagem. Esse ambiente inclusivo é importante para criar o tipo de sociedade em que os alunos com deficiência podem prosperar. Não é apenas a sociedade que queremos, mas também abre caminho para benefícios ao longo da vida para aqueles que participam (Sá, 2017).

No terceiro momento, devido ao reconhecimento da importância da humanidade e dos direitos dessas pessoas (UNICEF, 1990), aceitou-se o objetivo de oferecer educação para todas as pessoas, e com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) foi anunciada, entre outras metas, a necessidade de incluir a educação especial nessa visão.

É por conta dessa nova perspectiva educacional, que a escola deve se redefinir como uma instituição social com a missão de atender a todas as crianças, sem exceção, onde os elementos são considerados importantes na construção de uma proposta inclusiva. aparecem novamente que serão discutidos aqui analisados.

Segundo Rego (1995, p. 118), “a escola deve ser um lugar para fazer mudanças, diferenças, erros, conflitos, cooperação e criatividade”. Dessa forma, é necessária uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha coragem de criar e questionar o que cria, em busca de novos caminhos, que precisam ser incluídos.

A educação especial muitas vezes não recebe financiamento adequado para fornecer os recursos necessários para atender às necessidades dos alunos com necessidades especiais. Isso pode incluir equipamentos, materiais didáticos adaptados, suporte de professores de educação especial e treinamento adequado para os professores regulares (Garafalo, 2018).

Muitos professores regulares e de educação especial não têm a capacitação adequada para ensinar alunos com necessidades especiais. Isso pode levar a uma falta de confiança e compreensão em relação às necessidades dos alunos, o que pode prejudicar o acadêmico e emocional dos alunos com necessidades especiais (Garofalo, 2018)

Alunos com necessidades especiais muitas vezes enfrentam estigma e preconceito, o que pode dificultar a sua inclusão na escola e na sociedade em geral. É importante educar a comunidade escolar sobre as necessidades dos alunos com necessidades especiais e como apoiá-los presos (Ferreira, 2018).

A tecnologia assistiva, como computadores adaptados, *softwares* de voz, tablets e outras ferramentas, pode ajudar a promover a inclusão e o sucesso escolar de alunos com necessidades especiais. No entanto, muitas vezes essas tecnologias não estão disponíveis para todos os alunos com necessidades especiais devido a custos elevados ou falta de conhecimento sobre sua existência e uso (Boy, 2019).

A educação é importante na formação de qualquer pessoa, portanto, os objetivos da educação especial devem ser os mesmos da educação geral: autoconscientização, formação profissional e exercício da cidadania (Brasil, 2010).

Portanto, é necessário que as instituições estejam preparadas para receber qualquer pessoa, e prestar-lhes o atendimento educacional adequado. Então, como iniciar um projeto educacional baseado nos princípios da inclusão? Primeiro, considere uma reforma pedagógica que leve em conta a diferença. É preciso saber quem são essas pessoas, que experiências viveram até aqui, que saberes construíram, que habilidades desenvolveram. Em segundo lugar, contar com o apoio de recursos pedagógicos e métodos específicos, bem como a colaboração com outros especialistas e instituições da área, para promover o desenvolvimento de alunos com deficiência em todo o mundo. Em terceiro lugar, estimular mudanças que visem à formação inicial e continuada dos docentes,

apoio especial aos que dele necessitem, realizando adequações curriculares e acesso ao currículo, se necessário. Quarto, examine a prática de ensino na perspectiva da remoção de barreiras ao aprendizado e não na perspectiva da dificuldade do aluno (Brasil, 2010).

No entanto, fica claro pela realidade existente nas escolas brasileiras que a educação voltada para alunos com deficiência ainda segue a lógica dos interesses políticos e econômicos. Portanto, o foco está no conceito de lucro, que serve à produtividade, à eficiência, à competição, e tem uma visão distorcida do aluno com deficiência como inútil, incompetente, improdutivo. Para mudar essa situação, precisamos continuar criticando a injustiça social e o modelo político e econômico que a produz e reproduz. Por fim, a escola terá que buscar novos posicionamentos em relação aos processos de ensino e aprendizagem, pautados por concepções e processos que atendam à diversidade de pessoas (França, 2014).

Este período exige união entre o poder público, organizações privadas, autoridades públicas, associações de pais de pessoas com deficiência e instituições especiais, para garantir que os direitos e demandas desses grupos sejam atendidos. E a escola é um espaço social privilegiado para esse debate, por suas funções políticas, entre outras (Boy, 2019).

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação pode atuar no sentido de que as pesquisas e as práticas contribuam para formar essa consciência do direito a ter direitos de, desde cedo, ter construções históricas que compõem a história humana, no intervalo entre as diferentes opiniões, porque é uma história que se constrói no diálogo e na negociação, por meios não violentos, ainda que muitas vezes possam ser contraditórios e difícil de negociar (Dallari, 2018).

Afirmar que no Brasil todos podem conhecer seus direitos é algo indissociavelmente ligado ao direito à educação. Por isso é tão importante conhecer os diplomas legais que garantem os direitos dos cidadãos. A educação como processo de reconstrução da experiência é um atributo da pessoa humana e, portanto, deve ser comum a todos (Marshall, 2017).

Na atual Constituição, a educação é elevada à categoria de serviço público essencial, a fim de reduzir as desigualdades com acesso gratuito e universal. A escola deve concretizar o direito à educação, pautada pelos princípios adotados constitucionalmente, e é da Constituição que se extrai o papel do Estado na educação (Farah, 2012).

A educação só pode ser um direito de todos se houver escolas suficientes e se ninguém delas for excluído, portanto se houver um direito público subjetivo à educação, e o Estado pode e deve fornecer a oferta educativa. Caso contrário, está enganando com artigos da Constituição ou leis. Resolver o problema da educação não significa fazer leis, que ainda são excelentes; é abrir escolas, ter professores e admitir alunos (Dallari, 2018).

Os princípios que norteiam a educação brasileira são: universalidade, igualdade, pluralismo, educação pública gratuita, valorização dos profissionais, gestão democrática das escolas e padrões de qualidade. Os princípios, devem ser analisados em conjunto, na medida em que constituem a Constituição Cultural, cujas normas incorporam e protegem a nossa individualidade histórica, ou seja, o que somos, o que fomos e o que pretendemos continuar a ser (Saviani, 2017).

A formação individual do ser humano é essencial para o desenvolvimento da sociedade e a educação apresenta-se como um dos meios para isso. A educação é importante pela amplitude do processo que pode promover, pois pode abranger o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, psicológicas e morais, ou seja, promove o desenvolvimento integral da pessoa (Dallari, 2018).

Para o desenvolvimento de tais capacidades, é preciso considerar os diferentes setores da vida social que interferem na formação do indivíduo, dentre os quais se destacam a família e a escola. Primeiro, a educação no seio da família é considerada essencial para a formação da personalidade e assegurada pela relação com os familiares, depois a educação escolar, por meio da educação formal, que deve estimular a inteligência, o pensamento crítico e a busca de novos conhecimentos por meio da aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas entendidas como um conjunto de conhecimentos, habilidades, em um contexto social mais amplo (Farah, 2012).

Diante dessa visão mais ampla dos efeitos positivos e essenciais que a educação oferece para o desenvolvimento do indivíduo, que apresenta a

educação como um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento pelo qual as pessoas preparar para a vida. Assim, um processo de desenvolvimento que considere efetivamente o homem como preocupação central terá a educação como setor fundamental”. Seus membros têm consciência de que sua cultura é uma unidade orgânica e que sua civilização é um patrimônio nacional (Marshall, 2017).

A educação é um dos principais fatores de desenvolvimento humano, e é essencial que todos os países possam proporcionar acesso à educação de qualidade de forma justa e equitativa. A educação é um elemento importante na luta pelos direitos humanos. Esta é a maneira de ajudar os filhos e os povos a redescobrir sua identidade e, assim, aumentar o respeito próprio. A educação é o o passaporte para o futuro, porque o amanhã pertence apenas às pessoas que se preparam hoje (Dallari, 2018).

O acesso à educação é um direito fundamental, protegido pela Constituição Federal de 1988, é de suma importância para permitir a inclusão de crianças e adolescentes no ensino fundamental, proporcionando uma educação de qualidade. O espaço da escola e de qualquer escolarização. É o processo dinâmico de transmissão cultural e a formação de novos elementos e modelos culturais. A escola é o espaço privilegiado para a desconstrução e construção de novas práticas culturais e identitárias. A partir desse papel privilegiado, as políticas públicas tratam da diversidade, dos direitos humanos e outros, centrados no processo educativo. (Urquiza; Lima, 2020).

Faustino & Pereira (2024), diz que as políticas públicas de educação para a inclusão social têm-se revelado importantes na promoção de uma sociedade justa e equitativa. A inclusão social na educação requer uma abordagem abrangente e holística, desde o acesso à escola até à retenção e ao aproveitamento dos alunos.

A Educação Especial Inclusiva (EEI) representa uma mudança de paradigma em relação à educação tradicional, por meio de políticas educacionais e da reestruturação dos processos de inclusão trazendo uma abordagem revolucionária no campo da educação, pois desafia a visão tradicional que exclui os alunos que não se enquadram no padrão de normalidade estabelecido (Farias *et al.*, 2018).

Para promover uma educação de qualidade para todos, é importante que as políticas públicas estejam alinhadas aos princípios da Educação Especial Inclusiva. Isso significa investimento adequado em infraestrutura escolar, formação de profissionais, promoção da acessibilidade física e digital e estabelecimento de relações entre escola, família e comunidade. Somente por meio de ações coordenadas e políticas públicas eficazes será possível garantir um ambiente educacional inclusivo, que valorize a diversidade e proporcione o desenvolvimento holístico de cada aluno (Libanio, 2022).

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de uma educação inclusiva de qualidade é a necessidade de grandes investimentos na área da inclusão. Infelizmente, os fundos disponíveis para as escolas são insuficientes e muitas vezes cortados pelo governo, tornando ainda mais difícil satisfazer as necessidades relacionadas com a inclusão. Esta situação cria um desafio adicional para as escolas, que se esforçam por garantir uma educação equitativa e acessível a todos os alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) é um documento legal muito importante, proposta pelo governo federal em 2008 durante o mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, através do Ministério da Educação, e Fernando Haddad como ministro. Este documento não só realiza a avaliação da educação especial, mas também estabelece diretrizes e explica o objetivo principal desta política nacional que é assegurar a escolarização de alunos com deficiência, perturbações globais do desenvolvimento e competências/talentos avançados, orientando os programas educativos para garantir o acesso ao ensino geral, a participação, a aprendizagem e a continuação em níveis superiores de ensino, como também a evolução do sistema de educação especial desde a educação infantil até ao ensino superior; prestação de serviços de educação especial; formação de professores de serviços de educação especial e outros profissionais da educação para a inclusão (Brasil, 2008).

Mendes & Reis (2021), abordam a importância de uma escola inclusiva se organizar em sua estrutura destacando a necessidade da formação dos professores, assim como uma proposta pedagógica que esteja alinhada a um currículo com uma perspectiva inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que haja mais mudanças, é preciso engajar tanto a escola, a família, a sociedade e, por parte do poder público. Desta forma, pode-se contribuir para a redução das desigualdades, para a construção de uma sociedade inclusiva, que saiba respeitar as diferenças e ser solidária com os outros.

Porém, é importante ressaltar que ainda há muito trabalho a ser feito nesse sentido, sendo necessário, portanto, promover a descoberta desses talentos na educação o quanto antes, para que suas competências não sejam perdidas, e mais importante, para que esses indivíduos possam usar seus talentos na comunidade a que pertencem.

Conclui-se que o maior desafio da educação especial é garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de alunos com características sensoriais, mentais, físicas e mentais no sistema geral de ensino. Ao longo da história, parece que a educação especial foi inicialmente marcada pela segregação e exclusão. As políticas públicas de educação de inclusão social são importantes para lidar com esta desigualdade, que procuram criar condições para que todos os alunos, independentemente das suas características e circunstâncias, possam participar plenamente no sistema educativo. Estas políticas visam não só garantir o acesso à educação, mas também incentivar a retenção, o sucesso, a escola e o desenvolvimento coletivo dos alunos, respeitando sua diversidade e valorizando seus pontos fortes.

A responsabilidade pela inclusão de um aluno com necessidades especiais é de todos os envolvidos, não apenas do Ministério da Educação. A presença deste aluno estimula a reflexão sobre os conteúdos, metodologias, sucesso e competência do ensino e aprendizagem realizados nas escolas e universidades. Para falar de educação inclusiva, devemos primeiro abordar a questão da inclusão social dentro e fora da escola, ou seja, o processo de participação no meio social total.

A inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares está contemplada nos documentos legais, entretanto, a educação inclusiva não se limita a manter a lei que a reconhece e afirma, mas exige uma mudança de atitude, perspectiva e concepção dos programas educacionais. Isso significa ampliar o conceito de educação especial e trabalhar com a diversidade,

reorganizando os princípios, objetivos e currículos das escolas com uma visão inclusiva, capacitando todos os alunos, independentemente de serem considerados “normais” ou “deficientes”, para serem incluídos e atuarem na sociedade, exercendo assim a cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. O direito de ter direitos. In: _____. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília, DF: MEC; Seed, 1999.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC; Seed, 2008.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC; Seed, 2010.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Tereza Egler. In: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2015.

BOY, P.P. **Educação Inclusiva: desafios e possibilidades**. 2019. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades>. Acesso 6 de fev. de 2025.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas. Coicó-RN: UFRN, 2017. DA SILVA, Diego. O transtorno do espectro autista e suas características para altas habilidades/superdotação em contexto familiar e educacional. Revista Renovare, v. 1, 2021.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 2018.

FARIAS, J. M. S., BEZERRA, E. P., MALUSÁ, S. Políticas públicas para a educação especial e inclusão no sistema educacional brasileiro. **Revista Educação e Políticas em Debate**.v. 7, n. 3, p. 419-430, set./dez. 2018

FAUSTINO, Antonio Júlio Celestino; PEREIRA, A. Políticas públicas educacionais de inclusão social: public educational policies for social inclusion. **Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro**, 2024, 5(1).
<https://doi.org/10.61164/rmnm.v5i1.2462>. Acesso em 6 de fev. de 2025.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer**. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso 6 de fev. de 2025.

GAROFALO, D. **Os desafios da educação inclusiva**. 2018. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/colunas/os-desafios-da-educacao-inclusiva/>. Acesso 6 de fev. de 2025.

GUENTHER, Z.C. **Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2020.

LIBANIO, F. C. **Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Um estudo sobre a implementação na rede municipal de ensino de Campo Mourão**. 2022.

LIBÂNIO, Fernanda Carolina; GARCIA, Dorcelly Isabel Bellanda. Políticas públicas para educação especial na perspectiva inclusiva: uma análise da implementação na rede municipal de ensino de Campo Mourão. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 1, pág. 38-51, jan./abr. 2024. DOI : <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.1.9097>. Disponível em : < <https://doi.org/10.338/235>. Acesso 6 de fev. de 2025.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e statuts**. Rio de Janeiro: Zaha Editores, 2017.

MENDES, L. C.; REIS, D. A. Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil e na Bahia: avanços e recuos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 3, 2021.

NEGRINI, Tatiane; FREITAS, Soraia Napoleão. A identificação e a inclusão de alunos com características de altas habilidades/superdotação: discussões pertinentes. *Revista Educação Especial*, v. 21, n. 32, p. 273-284, 2018.

PACHEVITCH, Sibeli et al. A Inclusão Dos Alunos Com Altas Habilidades Na Escola Pública. **Educação Inclusiva: Práticas e Perspectivas**, p. 18, 2021.

SÁ, Paula Renata Bezerra Xavier. A Inclusão de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica: Um Desafio à Prática Pedagógica. **Revista De Psicologia**, v. 11, n. 38, p. 480-492, 2017.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas. Campinas – SP: 2ª série: reimpressão, 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In SAVIANI, Demerval.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, ROSA. Fátima de; VADEMARIN, Vera. Teresa. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research Society and Development**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

TITATO, Patrícia Aline Barbosa Borges; GUIMARÃES, Fabiane Fantacholi.

Identificação e inclusão de alunos com Altas Habilidades e Superdotação no ensino regular. **Rev. Diversità**: Revista Multidisciplinar do Centro Universitário Cidade Verde, v. 6, n. 1, p. 6-17, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos**. 1990. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 25 de abril de 2023.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera e LIMA, Getúlio Raimundo. Fundamentos Pedagógicos da Educação em Direitos Humanos. **Educação em direitos humanos: perspectivas contemporâneas**, cap. 5. Campo Grande, MS. UFMS: 2020.